ASPECTOS DE VULNERABILIDADE DE GÊNERO NO IFRJ CAMPUS REALENGO PELA PERSPECTIVA DOS SERVIDORES

RIBEIRO, Pablo Vinícius de Souza (PIVIC)[1]; MENDONÇA, Lêda Glicério (PQ)[2]
[1] Trabalho Realizado pelo NUGED-SOMOS.
[2] Docente Graduação em Farmácia, IFRJ *Campus* Realengo, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, leda.mendonca@ifrj.edu.br,
[1]Dicente Graduação em Farmácia (PIVIC), IFRJ *Campus* Realengo, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, pablo.ribeir@outlook.com

RESUMO:
O trabalho é um recorte de uma pesquisa de iniciação cientifica voluntária (PIVIC) que tem como objetivo a descrição e análise dos dados coletados pelo NUGED (Núcleo de Gênero e diversidade) para o mapeamento da vulnerabilidade de gênero no IFRJ *Campus* Realengo, aqui denominado IFRJ-CReal, pela perspectiva dos servidores. A pesquisa consistiu na aplicação de um questionário semiaberto disponibilizado para subsidiar uma tomada de decisões para ações educativas por parte do NUGED. As respostas obtidas foram majoritariamente de docentes e servidores não havendo respostas de funcionários terceirizados. Os dados obtidos possibilitaram interpretar que a maioria dos respondentes tem dificuldade em dialogar com temática gênero e não sabem reconhecer as vulnerabilidades da população LGBTQI+. A partir dos resultados obtidos o núcleo de gênero e diversidade atuará de forma a elaborar estratégia educativas para resolver e intermediar conflitos relacionados a vulnerabilidade de gênero de forma acolhedora e integrativa.
PALAVRAS-CHAVE: Vulnerabilidade de gênero; Diversidade de gênero; Ações integrativas, Gênero e Educação.

INTRODUÇÃO: Entendendo que a heterossexualidade surge como uma regra imposta pela sociedade, que se inicia no nascimento e persiste no decorrer da vida, reafirmado pelo pensamento de que o não cumprimento da heterossexualidade é visto como algo não natural, um desvio da regra social ou anomalia, é este um dos agentes de exclusão e vulnerabilidade de mulheres e LGBTQI+ que reforça a segregação dessa população em espaços de destaque e poder (KOTLINSKI, 2012). O patriarcado impõe que ao nascer do sexo feminino você está fadada a aprender a cuidar do lar e atribui vantagens aos homens que nascem destinados a ocupar lugares hierarquicamente superiores e decisivos nas organizações.

Os valores e as regras de uma sociedade variam de acordo com o tempo, sendo apoiados em construções culturais. Desde 1960 diversos movimentos sociais questionavam os valores morais relacionados à sexualidade, como os movimentos feministas, os movimentos lésbico-gay, entre outros, em que os indivíduos buscavam liberdade, direitos e respeito, proporcionando, por exemplo, visibilidade a mulheres e LGBTQI+ (RODRIGUEZ, 2014). Por isso, esse trabalho irá apurar as percepções sobre vulnerabilidade de gênero no IFRJ-CReal pela perspectiva dos Servidores, no sentido de tentar se implantar ações educativas pelo NUGED-SOMOS. O núcleo apresenta como função sensibilizar a comunidade acadêmica a entender e atender as demandas especificas de mulheres e LGBTQI+ no âmbito acadêmica. O nome SOMOS surge da ideia de que todos temos o direito de ser e existir no mundo, individualmente ou coletivamente.

OBJETIVO: A pesquisa teve com o objetivo conduzir um mapeamento da vulnerabilidade de gênero pela perspectiva dos servidores do IFRJ-CReal e consistiu na aplicação de um questionário semiaberto disponibilizado para subsidiar uma tomada de ações por parte do NUGED SOMOS com o intuito de diminuir as desigualdades sociais que a discriminação de gênero impõe.

DESENVOLVIMENTO (RESULTADOS, EXPERIÊNCIA): A pesquisa consistiu na aplicação de um questionário semiaberto no mês de abril de 2020 disponibilizado através da ferramenta digital *Google Forms*, sendo este documento composta por 13 (treze) perguntas, que partem do conhecer o perfil dos participantes, sendo 4 (quatro) perguntas norteadoras para o desenvolvimento da pesquisa e para a estruturação de ações pelo NUGED SOMOS. Somente as perguntas principais foram analisadas. O questionário disponibilizado em: https://docs.google.com/forms/d/1KLhPoXPwfR1UO2bkRPA_nL8Qp7i0krHilZ4OEQcGRjA/edit?ts=5ec2bbd4 foi direcionado aos docentes, servidores e funcionários terceirizados, sendo majoritária a contribuição de docentes em oitenta e um por cento (81%) de respostas e dezenove por cento (19%) em retorno de respostas de servidores. Não houve retorno dos funcionários terceirizados.

A pergunta “Você acha que os membros da comunidade IFRJ-CReal (professores, administrativos, terceirizados) estão preparados para resolver e intermediar conflitos originários de diversidade de gênero? Retornou resultados que demonstram a necessidade de tomadas de ações informativas, de forma a dialogar com a vulnerabilidade de gênero em contexto atual. Obtendo um retorno de respostas de setenta e oito por cento (78%) que acreditam que os membros da comunidade acadêmica estão despreparados em sanar ou intervir conflitos relacionados a diversidade de gênero, enquanto vinte e um por cento (21%) acredita que os

professores, técnicos administrativos e terceirizados se encontram preparados em atuar e intervir nesse tipo de conflito.

Em seguida foi perguntado se os inquiridos já se sentiram forçados a esconder ou mascarar sua forma de ser, vestir ou agir para ser melhor aceito no espaço acadêmico. O resultado foi de noventa e dois por cento (92%) de participantes que não se sentiram coagidos a mudar suas formas de ser, agir e vestir no IFRJ-CReal, enquanto que sete por cento (8%), já se sentiu impelido a mudar sua forma de ser, agir e vestir para serem melhor aceitos.

A última pergunta a ser analisada foi se os participantes achavam que o preconceito e a intolerância os atrapalham em exercer seu direito de ter uma formação profissional e exercer sua cidadania. As respostas obtidas deram conta de que cinquenta e quatro por cento (54,8%) dos participantes acreditam que o preconceito e a intolerância não os atrapalham a exercer seus direitos e quarenta e cinco por cento (45,2%) acreditam que sim, o preconceito e a intolerância dificultam sua autonomia em exercer seus direitos.

DISCUSSÃO: O intuito desse artigo parte da apuração e percepção de dados dos profissionais servidores atuantes na instituição de ensino do IFRJCReal, para as vulnerabilidades das mulheres e da população LGBTQI+ (Lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e demais orientações e gênero) no sentido de estruturar a tomada de ações educativas pelo NUGED SOMOS. O núcleo atua no propósito de garantir o direito dessa população de trabalhar e estudar em um ambiente que os acolham sem que exista qualquer tipo de descriminação e segregação.

A partir dos dados coletados pelo NUGED SOMOS foi possível verificar como a comunidade do IFRJ-CReal não se vê preparada a entender e a se relacionar com as especificidades das vulnerabilidades de gênero de mulheres e a população LGBTQI+, já que 78% dos inquiridos apontaram os servidores como sem preparo para isso, dado que impele a tomada de ações educativas por parte do NUGED-SOMOS. Os estudos sobre gênero apontam que as instituições educacionais são espaços centrais para que se possa compreender a organização das relações de gênero na contemporaneidade (MIRANDA, 2017). O Plano Nacional de Educação 2014-2024 orienta as escolas para atuarem de forma a minimizar os abismos entre a população LGBTQI+ e os espaços educacionais, tornando em um local que respeite a diversidade tanto social quanto de gênero, permitindo a garantia de ações que promovam a diversidade, visto que, muitas vezes o ambiente educacional exerce papeis delimitadores de vulnerabilidade de gênero em nossa sociedade por conta de fatores morais e religiosos.

Quando perguntados sobre se foram forçados a esconder ou mascarar sua forma de ser, vestir ou agir para ser melhor aceito no espaço acadêmico, a maioria dos respondentes disseram que não (92%), resposta que, de alguma forma contrasta com a afirmação de quase a metade das pessoas (45,2%) em dizer que o preconceito e a intolerância dificultam sua autonomia em exercer seus direitos. Junqueira (2014) aponta que a população LGBTQI+ enfrenta uma longa luta em obter direitos e igualdade no viver em condições de uma vida plena e digna que são dificultadas pela imodéstia heteronormativa, em perseguir ou inferiorizar as demais orientações sexuais e identidades de gênero em suas práticas sociais, crenças e/ou políticas.

CONCLUSÕES: Diante do mapeamento realizado por meio da coleta de dados, através dos questionários avaliado foi possível concluir que a comunidade IFRJ-CReal ainda apresenta dificuldades nas relações que partem de concepções de construções sociais, não legitimando a normalidade da diversidade de gênero que parte da desconstrução da percepção individual que ultrapassa os aspectos femininos e masculinos. Tomando como base os resultados apurados há a necessidade de se pensar na abordagem do tema "diversidade de gênero" em moldes educativos para a conscientização e empoderamento das mulheres e da população LGBTQI+. Parte das ações educativas terão como objeto a compreensão da sexualidade sendo um processo continuo da construção humana que vai muito além de dialogar sobre as práticas e experiências do sexo, favorecendo a identidade dos sujeitos com o outro e consigo mesmo. As futuras ações pretendem se estruturar em processos que rompam com estereótipos da sexualidade pautados na dicotomia homem-mulher na tentativa de se diminuir os conflitos que acarretam nas vulnerabilidades de gênero estruturados em pilares biológicos, religiosos e políticos que atuam de forma a não legitimar papeis que fogem do cenário considerado "comum", mas sim com a intenção de construir cidadãos empático e acolhedores.

REFERÊNCIAS:

1. BRASIL. LEI N° 13.005/2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.** Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-

2014/2014/lei/l13005.htm#:~:text=A%20PRESIDENTA%20DA%20REP%C3%9ABLICA%20Fa%C3%A7o,214%20da%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20Federal>. Acesso em: 30 out 2020.
2. JUNQUEIRA, R.D. A pedagogia do armário: heterossexismo e vigilância de gênero no cotidiano escolar brasileiro. **Annual Review of Critical Psychology.** n 11, 2014
3. KOTLINSKI, K. Diversidade sexual – Uma breve introdução. **Revista Digital Boa Forma Inteligente**. 2012
4. MIRANDA, A. P. M.; MAIA, B.; Olhares, xingamentos e agressões físicas: a presença e a (in)visibilidade de conflitos referentes às relações de gênero em escolas públicas do Rio de Janeiro. ***Horizontes Antropológicos***, n 49 2017. Consultado o 29 out 2020.
5. RODRIGUEZ, A. M. M. Experiências de atenção à saúde e percepções das pessoas transgênero, transexuais e travestis sobre os serviços públicos de saúde em Florianópolis/SC. Santa Catarina; - **Dissertação (Pós-graduação em Saúde Coletiva)** - Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, 2014.
6. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília, 2013. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf>. Acesso em: 26 out 2020.